



## TERMO DE REFERÊNCIA

Lei 14.133/2021

Lei nº 11.947/2009 e suas alterações e Resolução FNDE 04/2026

### 1.0 DEFINIÇÃO DO OBJETO

O presente documento tem por objetivo estabelecer as condições gerais que orientará o processo de Inexigibilidade de licitação, por meio de Credenciamento para Chamada Pública, que tem como objeto a Contratação de Empreendedores Familiares Rurais ou suas organizações para o fornecimento de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar que visa atender as necessidades da merenda escolar da Secretaria Municipal de Educação do Município de Conceição do Jacuípe/BA.

O prazo de fornecimento é de 12 (doze) meses, prorrogável por igual prazo, nos termos do edital e das normas vigentes, a começar da data da assinatura do contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial.

### 1.1 QUANTITATIVOS ESTIMADOS – Anexo I, deste TR.

### 1.2 DAS AMOSTRAS

A empresa vencedoras da licitação deve entregar (uma) **AMOSTRA**, no prazo de até 03 (três) dias úteis, dos itens manipulados (4, 13, 20, 23, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 45, 46) sob pena de desclassificação.

As amostras devem ser entregues na Secretaria de Educação do Município, para avaliação e emissão de parecer pela nutricionista.

Caso as amostras estejam fora das especificações descritas neste edital, será estipulado prazo de 2 (dois) dias úteis para a entrega de nova amostra, dentro das especificações. Caso, não sejam entregues ou novamente estejam fora das especificações contidas neste edital, a empresa será desclassificada.

Desclassificando-se a empresa melhor colocada, serão convocadas as demais propostas, respeitando-se a classificação.

As amostras devem ser apresentadas em embalagem original e intacta contendo as seguintes informações:

1. Identificação do produto;
2. Marca;
3. Nome e endereço do fabricante;
4. Ingredientes específicos;
5. Tabela nutricional;
6. Número do lote e data de validade (tempo de vida útil);
7. Peso líquido.

As amostras entregues, ficarão retidas na secretaria de educação durante o período de 5 dias para apreciação pela equipe de nutricionistas e do conselho de alimentação escolar, através da realização de análises das especificações técnicas e características sensoriais.

## 2.0 DA FUNDAMENTAÇÃO

A Fundamentação da contratação está fulcrada na Lei nº 11.947/2009, na lei nº 14.133/2025, Resolução FNDE 04/2026 que fundamenta o pedido de contratação de Empreendedores Familiares Rurais ou suas organizações para compra dos produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar.

Conforme a Lei nº 11.947/2009 do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é responsabilidade dos municípios a oferta de alimentação escolar de qualidade aos alunos da Rede Municipal. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 45% (quarenta e cinco por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas, as comunidades quilombolas e os grupos formais e informais de mulheres.

Diante disso, faz necessário realização de chamamento público para aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar, para oferta de alimentação escolar aos alunos da rede municipal, no ano letivo de 2026.

## 3.0 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A demanda ora em análise, tem como objeto a contratação de Empreendedores Familiares Rurais ou suas organizações para compra dos produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar, assegurando que a oferta adequada de alimentação escolar da Lei nº 11.947/2009 e Resolução FNDE 04/2026 possam ser exercidas com eficiência, atentando as necessidades dos alunos da rede municipal de ensino de Conceição do Jacuípe-BA.

A solução desta aquisição está fulcrada na determinação legal que impõe que, do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 45% (quarenta e cinco por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas, as comunidades quilombolas e os grupos formais e informais de mulheres, conforme art. 14 da lei nº 11.947/2009 c/c art. 29, da Resolução FNDE 04/2026.

## 4.0 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os Empreendedores Familiares Rurais ou suas organizações participantes deverão entregar à Comissão Permanente de Contratação, em envelope

identificado e lacrado, os documentos prescritos nos §§§ 1º, 2º e 3º do art. 35 da Resolução FNDE 04/2026, conforme o caso, atender as exigências a seguir:

4.1) Para os Fornecedores Individuais, detentores de CAF Pessoa Física, não organizados em grupo:

- cópia do CPF;
- cópia do extrato do CAF Pessoa Física, emitido nos últimos sessenta dias;
- projeto de venda com assinatura do agricultor participante;
- documentação em atendimento aos requisitos higiênico-sanitários, conforme o alimento a ser comercializado, nos termos dos arts. 40 a 42; e
- declaração de que os alimentos a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda.

4.2) Para os grupos informais, organizados em grupo por dois ou mais agricultores familiares:

- cópia do CPF;
- cópia do extrato do CAF Pessoa Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos sessenta dias;
- projeto de venda com assinatura dos agricultores participantes;
- documentação em atendimento aos requisitos higiênico-sanitários, conforme o alimento a ser comercializado, nos termos dos arts. 40 a 42; e
- declaração de que os alimentos a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda.

4.3) Para os Grupos Formais, organizados em associações e cooperativas:

- I - cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- II - cópia do extrato do CAF Pessoa Jurídica, emitido nos últimos sessenta dias;
- III - cópia da certidão de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- IV - cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;
- V - projeto de venda assinado pelo seu representante legal e demais participantes;
- VI - declaração de que os alimentos a serem entregues são produzidos pelos associados ou cooperados;
- VII - relação dos agricultores familiares participantes do projeto de venda, contendo o nome, CAF, valor e alimento;
- VIII - declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados ou associados; e
- IX - documentação em atendimento aos requisitos higiênico-sanitários, conforme o alimento a ser comercializado, nos termos dos arts. 40 a 42.

4.4) Dos Empreendedores Familiares Rurais - EFR:

- I - cópia do CNPJ;
- II - cópia do extrato do CAF Pessoa Jurídica do EFR, emitido nos últimos sessenta dias;
- III - cópia da certidão de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao FGTS;
- IV - cópia do estatuto social ou contrato social do empreendimento familiar rural ou documento análogo;
- V - projeto de venda assinado pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is);
- VI - declaração de que os alimentos a serem entregues são de produção própria;
- VII - relação dos agricultores familiares participantes do projeto de venda, contendo o nome, CAF, valor e alimento;
- VIII - declaração do(s) seu(s) representante(s) legal(is) de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda; e
- IX - documentação em atendimento aos requisitos higiênico-sanitários, conforme o alimento a ser comercializado, nos termos dos arts. 40 a 42.

#### 4.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Cabe a CONTRATADA, executar o fornecimento dos produtos dentro dos padrões estabelecidos pela CONTRATANTE, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer condição aqui estabelecidas.
- b) Indicar um representante para atuar de forma conjunta com o responsável da entidade CONTRATANTE, bem como disponibilizando números de telefones para este contato.
- c) Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na chamada pública, apresentando documentação comprobatória sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, durante todo o processo de aquisição.
- d) Responder por todo o ônus e obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, previdenciária, tributária, fiscal, securitária, comercial, civil e criminal, que se relacionem direta ou indiretamente com o fornecimento, inclusive no tocante aos seus associados, empregados e prepostos.
- e) Ressarcir todo e qualquer dano causado à CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência de ação ou omissão de sua responsabilidade ou de seus associados, empregados, prepostos ou encarregados.
- f) Dirimir qualquer dúvida da CONTRATANTE, prestar os esclarecimentos que forem solicitados acerca da execução do contrato e atender às reclamações da CONTRATANTE, durante toda a sua vigência.
- g) Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente.
- h) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento da entrega dos produtos no prazo, em conformidade com a proposta e com as descrições apresentadas neste Termo de Referência.
- i) Atender com presteza às solicitações da contratada, através do recebimento da ordem de fornecimento, e entrega dos itens solicitados no prazo máximo de 05 dias corridos;

- j) Entregar todos os gêneros alimentícios devidamente embalados e registrados no Ministério da Saúde e/ou Agricultura, com rotulagem adequada contendo informações obrigatórias como marca do fabricante, lote, prazo de validade e fabricação, informações nutricionais e modo de conservação. Com um prazo de validade mínimo de 05 meses, a contar da data de entrega.
- l) Os gêneros perecíveis devem ser adequadamente transportados em carros com temperatura controlada, em veículo refrigerado ou isotérmico bem higienizado em seu interior, obedecendo a Legislação específica para cada tipo de alimento.
- m) Comunicar a contratante qualquer anormalidade que interfira no bom andamento do contrato;

#### 4.1.3 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Efetuar o pagamento do valor devido à empresa contratada nos prazos estabelecidos no contrato;
- b) Fornecer todas as informações, esclarecimentos, documentos e as condições necessárias a prestação deste serviço;
- c) Efetuar a fiscalização do objeto nos termos do artigo correspondente da lei nº 14.133/21;
- d) Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade na prestação do serviço. De modo que a mesma possa saná-la no prazo fixado;
- e) Remeter advertência à CONTRATADA, por escrito ou e-mail cadastrado, quando o serviço não estiver sendo prestado de forma satisfatória;
- f) Permitir acesso do pessoal da empresa fornecedora nas dependências da Secretaria, para a entrega dos produtos, respeitadas as normas que disciplinam a segurança do patrimônio, das pessoas e das informações;
- g) Comunicar o fornecedor, se a qualquer tempo, durante o prazo de validade do contrato, for comprovada discrepância com as descrições exigidas neste Termo de Referência, o qual deverá proceder à imediata substituição do produto.

#### 5.0 EXECUÇÃO DO OBJETO

Assim que as partes interessadas (contratado e contratante) negociarem as condições do contrato, incluindo o valor dos produtos, prazo de duração, garantias, obrigações e responsabilidades e após o contrato ser elaborado e assinado pelas partes os gêneros alimentícios, objeto do contrato deverá ser entregues quinzenalmente/mensalmente, conforme solicitação da Secretaria de Educação.

#### 6.0 GESTÃO DO CONTRATO

A fiscalização, autorizações, conferência e recebimento do objeto deste contrato, serão realizados pela Secretaria Municipal de Educação, CONTRATANTE, na forma da Lei nº 14.133/21.



A entrega do objeto ou execução do fornecimento será acompanhada pelo fiscal do contrato, que promoverá o acompanhamento e a fiscalização da sua execução devendo obedecer sempre ao prazo previsto, estando em acordo deve apresentar a nota fiscal acompanhada das certidões, em conformidade com o Art. 117 da Lei federal 14.133/2021.

As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal e gestor designado para o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento deverão ser solicitadas a Secretaria demandante, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

## 7.0 DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado, por meio de ordem bancária ou depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do objeto.

O pagamento deverá ser feito com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar, do qual é obrigatório, utilização de no mínimo 30% para aquisição de gêneros alimentícios, provenientes da agricultura familiar.

## 8.0 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Considerando a inviabilidade de competição a contratação acontecerá de forma paralela e não excludente, visto que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas, desde que atendidas, no caso será realizada uma Chamada Pública.

Considera-se chamada pública o procedimento administrativo voltado à seleção de proposta específica para aquisição de gêneros alimentícios provenientes da Agricultura Familiar e/ou Empreendedores Familiares Rurais ou suas organizações.

Ademais, o princípio da economicidade está intrinsecamente ligado a proposta mais vantajosa para a Administração, a necessidade de contratação de eventual empresa para fornecimento dos produtos, obrigou a Administração Pública Municipal a buscar empresas que demonstrassem o preço adequado para a contratação, qualidade nos seus produtos, condizente com a necessidade da Contratante, esses foram fatores determinantes para escolha dos fornecedores, nesse sentido a demonstração da necessidade e da adequação do objeto foram atendidas, obedecendo as formalidades da Lei nº 14.133/2021.

## 9.0 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado para a aquisição pretendida é de R\$ 1.956.033,33, este valor foi decorrente da aferição feita por meio da média do item correspondente na consulta de preços comparativo em 3 cotações de preços, apensado aos autos.



Conforme Resolução nº 04/2026, o preço de aquisição dos gêneros alimentícios deve ser determinado pela Entidade Executora, com base na realização de pesquisa de preços de mercado. O preço de aquisição deve ser o preço médio pesquisado por, no mínimo, três mercados em âmbito local, priorizando a feira do produtor da agricultura familiar, quando houver acrescido dos insumos exigidos no edital de chamada pública, tais como despesas com frete, embalagens, encargos e quaisquer outros necessários para o fornecimento do produto

#### 10. DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

As aquisições serão atendidas pela seguinte dotação:

##### UNIDADE ORÇAMENTÁRIA EXECUTORA:

1101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

##### FONTE:

1.500.1001 - Recursos não Vinculados de Impostos

1.550.0000 - Transferência do Salário-Educação

1.552.0000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

##### PROJETO / ATIVIDADE:

2.021 - Manut. das Ações da Alimentação Escolar – Fundamental

##### ELEMENTO DESPESA:

3.3.90.30.00 - Material de Consumo

#### 11. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Qualquer alteração do presente Termo de Referência, que se fizer necessário, deverá ser previamente consultada a Secretaria demandante.

Após analisado e autorizado não serão aceitas alegações posteriores de desconhecimento das condições como forma de justificar o não fornecimento dos produtos, com a devida entrega do objeto, deste Termo de Referência, ou mesmo a existência de anormalidades não previstas nas especificações.

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Secretaria de Educação.

Conceição do Jacuípe - BA, 15 de abril de 2026.

**Secretaria Municipal de Educação**

Cristiano Pereira de Lira